



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

O Centro Nacional de Formação em Economia Solidária:

as contradições da educação autogestionária do Movimento de Economia Solidária

Erika Porceli Alaniz; Henrique Tahan Novaes

Como citar: ALANIZ, Erika Porceli; NOVAES, Henrique Tahan. O Centro Nacional de Formação em Economia Solidária: as contradições da educação autogestionária do Movimento de Economia Solidária. *In*: DAL RI, Neusa Maria; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais:** Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 87-108.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-682-4.p87-108>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: AS CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Erika Porceli Alaniz

Henrique Taban Novaes

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, inúmeros movimentos sociais criaram suas estratégias de educação formal e não formal, entre elas poderíamos destacar: o Núcleo de Educação Popular 13 de maio; as Escolas Sindicais da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Instituto Josué de Castro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); as inúmeras escolas itinerantes e de Educação Básica do MST; as Escolas de Agroecologia do MST e a Escola Nacional Florestan Fernandes. Na Argentina, podemos citar os *bachilleratos* nas Fábricas Recuperadas (FRs) e a Escola de Formação Política Latinoamericana José Carlos Mariátegui; no México, as escolas zapatistas; no Equador, a Universidade Intercultural das Nacionalidades e Povos Indígenas, dentre outras experiências.

O CFES – Nacional insere-se nesta tendência e possui algumas especificidades que pretendemos delinear. Para isso, na primeira parte do texto, fizemos uma breve análise do Movimento de Economia Solidária e das experiências de Trabalho Associado no Brasil, pois o CFES Nacional foi criado para produzir/reproduzir os valores e as qualificações necessárias para o florescimento da Economia Solidária.

Na segunda parte, nos detemos em algumas dimensões da formação para Economia Solidária no CFES Nacional com o propósito de apon-

tar algumas contradições existentes num centro educativo com expressão nacional. O intuito dessa abordagem é vislumbrarmos as potencialidades, mas principalmente observar os limites dessa proposta formativa em direção ao enfrentamento do sistema do capital.

Na terceira parte do texto, retomamos o debate da positividade do trabalho associado para afirmar que acreditamos que ele é um princípio educativo. Em seguida, nesta mesma seção, tecemos algumas linhas sobre a necessidade histórica da educação para além do capital e delineamos alguns dos seus pilares.

O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TRABALHO ASSOCIADO

Diante da ofensiva do capital contra o trabalho, com repercussão na diminuição do poder de barganha da esquerda tradicional organizada em sindicatos e partidos, contraditoriamente, emergem novas formas de contestação dos trabalhadores e excluídos do mercado formal aos mecanismos de opressão subjacentes aos processos de expansão do capital.

Contrariando as teorias do fundo do poço, expressão utilizada por Silver (2005), as quais difundem que não há alternativa ao capitalismo, há novas ondas de contestação e de movimentos sociais que podem ser representados, de um lado, pela diversidade dos movimentos anti-globalização que propõem atacar os organismos mundiais do capital, entre eles os que se iniciam em Seattle em 1999 e o Fórum Social Mundial; de outro, pelos movimentos que se pautam na organização dos meios de produção e da luta pelos trabalhadores. Ainda que não possamos atrelar de modo direto esses últimos às lutas autonomistas ocorridas em diferentes momentos históricos, em decorrência da sua especificidade e diversidade, podemos dizer que se constituem numa forma de resistência ao capital que tem na auto-organização dos trabalhadores seu fundamento.

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, há a emergência de novas formas de associação dos trabalhadores com base na organização coletiva da produção por meio do que denominam autogestão. Essas experiências emergem tanto com a recuperação de fábricas falidas e em processo falimentar pelos trabalhadores, como também de outros processos sociais de caráter comunitário que se afirmam pela forma cooperativa das relações

de produção e comercialização. Neste último caso, uma das experiências pioneiras se deu a partir dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), muitos deles assessorados pela Cáritas Brasileira, instituição vinculada à Igreja Católica. Das experiências dos PACs surgiu o termo Economia Popular Solidária, expressão empregada também por essa instituição.

A emergência da Economia Solidária, no Brasil, representa uma das experiências de associativismo constituídas por setores marginalizados da população e sujeitos à precarização do mercado de trabalho. Cruz (2006) salientou que as iniciativas de Economia Solidária são similares em quatro cidades do Cone Sul – Buenos Aires, Montevideu, São Paulo e Porto Alegre – e caudatárias dos novos movimentos sociais, sendo que sua história de luta inicia com a oposição ao golpe militar e ligam-se aos excluídos da classe trabalhadora tradicional.

Arantes (2002) e Usina (2012) observaram o surgimento de mutirões, a partir dos anos 1980, que têm como princípios: a auto-organização do trabalho; a tentativa de amenização da exploração do trabalho por meio da produção de casas como valores de uso e não de troca e do papel dos arquitetos como intelectuais que não separam concepção de execução e estão a serviço dos movimentos sociais. Cabe sublinhar também que são raríssimas as cooperativas de construção civil no Brasil, isto é, temos poucas experiências de geração de trabalho associado no campo da construção civil (EWBANK, 2007).

Observando mutirões na cidade de São Paulo, Arantes (2002) aponta que o mutirão autogerido não é apenas uma alternativa para os sem-teto, mas um espaço para a experimentação do que pode vir a ser um desenho emancipado das casas e da cidade. Como salienta Sérgio Ferro (2006), o fato de a construção ser um processo mais simples que o industrial, a torna um laboratório para os trabalhadores exercitarem o controle sobre a produção e se prepararem para transformações de natureza emancipatória. Mas, a contradição dos mutirões autogeridos é que eles constroem um valor de uso, isto é, casas que conseguem escapar do espaço de produção e consumo de mercadorias. No entanto, ainda não conseguiram engendrar formas de se emancipar do trabalho assalariado-precarizado, seja porque estes homens e mulheres trabalham numa fábrica onde vendem

sua força de trabalho, seja porque trabalham no mercado informal fazendo bicos, ou porque estão desempregados.

Ainda que com graus crescentes de controle sobre o próprio trabalho, permanece como desafio para estes movimentos sociais e para os intelectuais que lhes assessoram inventar numa escala mais ampla o trabalho desalienante – não estranhado na construção civil.

Principalmente no Acre, em 1980, surgiram inúmeras associações de seringueiros que tentam utilizar os recursos da floresta de forma adequada e tendem a ser distintas das formas de produção destrutiva. Tais associações tentam sobreviver às duras penas neste comércio injusto e em alguma medida têm um projeto político distinto dos empresários da madeira, já que tentam construir novas relações sociais e não vivem do roubo da madeira ou da exploração inadequada dos recursos da natureza com vistas ao lucro.

Nos estados do Maranhão e Tocantins, surgiram inúmeras lutas pelos Babaçuais Livres. O Babaçu é uma planta da família das palmáceas, com sementes oleaginosas e comestíveis das quais se extrai um óleo empregado, sobretudo, na alimentação, remédios, além de ser alvo de pesquisas avançadas para a fabricação de biocombustíveis. Os fazendeiros da região tentaram impedir o acesso das trabalhadoras e camponesas aos babaçuais e, com isso, surgiu uma das lutas sociais mais bonitas no Brasil. Já existem algumas cooperativas e associações que estão industrializando, em pequenas fábricas das associações, os produtos do babaçu, dentre os quais sabonetes.

Wirth (2010) e Fraga (2012) destacam o surgimento das cooperativas e associações de catadores e de reciclagem como um dos fenômenos mais importantes do neoliberalismo e, acrescentamos, da crise estrutural do capital e da regressão social. Num país que não gera muitos empregos com carteira assinada, que concentra renda, que gera uma quantidade imensa de material reciclável, tornou-se mais ou menos natural que inúmeros trabalhadores encontrassem nos materiais recicláveis uma forma de sobrevivência.

No que diz respeito ao trabalho associado no campo, Christoffoli (2000; 2012), além de Dal Ri e Vieitez (2008), destacam também o surgimento do MST, em 1984, como um dos principais movimentos sociais que trouxe o debate e a prática do trabalho associado. O MST tem uma

razoável variedade de formas de organização da propriedade e das decisões, mas é possível identificar ao menos três tendências: a) a produção dividida em unidades individuais/familiares, com algum grau de decisão coletiva no assentamento; b) a formação mista, que combina propriedade coletiva e propriedade individual, mas com inúmeros momentos de decisão coletiva; c) a formação de cooperativas onde a propriedade, o trabalho e as decisões são totalmente coletivos. Cabe sublinhar que o MST tem encontrado dificuldade de induzir o surgimento de cooperativas totalmente coletivizadas.

Depois deste breve retrospecto do ressurgimento do trabalho associado, cabe destacar que a inclusão ou não dos movimentos sociais anteriormente caracterizados no campo do Trabalho Associado ou da Economia Solidária varia em função da visão político-ideológica dos pesquisadores. Paul Singer (2002), por exemplo, incluiria todos os movimentos sociais acima mencionados dentro do campo da Economia Solidária. Dal Ri e Vieitez (2008), por sua vez, adotam um critério mais restrito, trazendo para o debate o conceito de trabalho associado. Para estes, além da necessidade de realizarmos uma crítica ao termo Economia Solidária, outro limite desta é justamente a ausência de uma visão e um programa de modificação radical da sociedade e não apenas de modificação das unidades produtivas.

Atualmente, o conceito Economia Solidária é utilizado de forma bastante abrangente e sem muita precisão em relação às experiências que o integram, conforme indica Cruz (2006). Em geral, refere-se às experiências de auto-organização dos trabalhadores em diversos setores da produção e apresenta potencial variado de oposição ao capital. Nos Fóruns de Economia Solidária, participam artesãos, pequenos empreendedores, cooperativas e associações do campo e da cidade, as quais têm graus variados de críticas ao sociometabolismo do capital.

A partir de 2003, no contexto do governo Lula, algumas das organizações da Economia Solidária passam a ser protagonistas das políticas públicas, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Este grupo de poder na sociedade civil passa a pressionar o Estado para a criação das condições gerais de produção e reprodução da Economia Solidária, diga-se de passagem, sem a devida autonomia frente ao Estado capitalista. Ele é fruto da reivindicação de diversas frentes dos movimentos sociais de Economia

Solidária no espaço do Fórum Social Mundial (FSM), mas também como uma estratégia do governo Lula de aumentar a governabilidade sobre os movimentos sociais e, posteriormente, no Governo Dilma.

Ao adentrar no campo das políticas públicas, especificamente no que se refere à política de formação profissional, a Economia Solidária foi incluída entre os grupos prioritários no Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a SENAES, por entender que a formação é uma atividade fundamental para esse movimento social, dedica a maior parte das suas ações a ela, bem como forja seu próprio projeto de formação por meio da criação de seis Centros de Formação em Economia Solidária¹.

O CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (CFES NACIONAL)

Reconstituímos alguns aspectos da análise realizada por Alaniz (2012) sobre a política de formação do CFES Nacional, com intuito de pensarmos quais os elementos existentes nessa experiência que permitem vislumbrar as contradições de um processo formativo que, ainda num estágio embrionário, propõe-se a ser alternativo à proposta de formação profissional oficial, que tem como referência o mercado de trabalho e a produção capitalista.

De acordo com a Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica (2010, p. 9), o CFES destina-se especificamente à formação de formadores, educadores (as), gestores públicos em Economia Solidária, membros de conselhos de políticas públicas de emprego, desenvolvimento territorial sustentável de Economia Solidária e áreas afins, além do desenvolvimento, sistematização e socialização de metodologias e materiais didático-pedagógicos.

O CFES foi introduzido pela SENAES como estratégia política de fortalecimento do movimento de Economia Solidária, de acordo com os gestores da secretaria e membros do Fórum Brasileiro de Economia

¹ Os CFES estão distribuídos nas cinco regiões do país: Norte – coordenado pela Universidade Federal do Pará, Nordeste – coordenado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Sul – coordenado pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS); Sudeste – coordenado pelo Instituto Marista de Solidariedade; Centroeste – coordenado pela Escola de Formação Centro – Oeste da CUT (ECO/CUT), e uma sede nacional em Brasília – coordenado pela Cáritas Nacional, responsável pelas ações nacionais e pela articulação dos CFES regionais.

Solidária (FBES) (ALANIZ, 2012). O CFES nacional é coordenado pela Cáritas Brasileira, a qual tem incidência significativa na definição e execução das políticas introduzidas pela SENAES. A influência da Cáritas nessa secretaria pode ser percebida por meio do papel estratégico que a entidade ocupa na coordenação nacional e executiva do FBES – principal interlocutor da SENAES –, pela presença no Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES) e na coordenação de três projetos expressivos da SENAES, sendo eles: o Brasil Local, considerado o projeto que absorve relevante percentual de recursos da secretaria, o Fundo solidário e os CFES. Cabe salientar também que um membro da Cáritas ocupa uma secretaria estratégica no quadro de gestores da SENAES.

Entretanto, a atuação do CFES Nacional tem frustrado as expectativas criadas com a sua implantação. De acordo com os dados apresentados por Alaniz (2012), esperava-se que o CFES nacional se constituísse em centro de referência na discussão em Economia Solidária, com potencial teórico e de aprofundamento das experiências de formação e difusão de metodologias próprias às especificidades desse movimento social.

Essa dimensão projetada para o CFES Nacional com a sua criação é explicitada no relato abaixo pelo ex-membro da SENAES, do departamento de Estudos e Divulgação:

[...] eu acho que o CFES Nacional não tem que ficar dando cursos, porque nós ficamos fazendo atividades porque estávamos começando, mas o Nacional tinha que ser um espaço para aprofundar a sistematização e não fazer curso, mas estava no projeto que se tinha que fazer processo formativo, o comitê metodológico do CFES discutia essas coisas [...] O papel do CFES Nacional tinha que ser de qualidade na discussão pedagógica e ter uma equipe que desse conta disso. A equipe não foi pensada nesse sentido pelo que me parece [...]. (ALANIZ, 2012, p.227)

A importância do aprofundamento teórico dos trabalhadores em processo de auto-organização foi objeto de discussões acadêmicas nas teorias que cogitavam o papel da vanguarda do partido e comissões de fábrica, como em Mandel (1974), bem como pelos teóricos que discutiram as experiências autonomistas, as quais, no seu processo de autogestão da produção e da luta, instrumentalizam-se de fundamentação teórica e prática para

avançar na conquista da autonomia e ampliar o potencial de subversão do movimento social.

Apesar da dificuldade do CFES nacional constituir-se em centro de referência no aprofundamento teórico na tradição da esquerda, no movimento dos trabalhadores e na sistematização de metodologias próprias da Economia Solidária, notamos que a importância dessa dimensão esteve presente na ótica de alguns membros da SENAES na idealização desse centro. Nesse sentido, a compreensão de que a auto-organização da luta e do processo de trabalho não se faz sem o necessário aprofundamento teórico das experiências históricas dos trabalhadores e sem a reflexão e sistematização das práticas que o movimento desenvolve é um aspecto importante a ser considerado na atuação e avaliação do CFES Nacional. Além disso, a proposição do CFES, mediante a Pedagogia que se propõe a desenvolver, indica a compreensão de que a formação para as experiências de auto-organização do trabalho pressupõe espaço formativo próprio e com metodologias, temáticas e ideologias concebidas e desenvolvidas na ótica dos trabalhadores, que são, a princípio, contrapostas às formas de sociabilidade capitalista.

Entretanto, embora tenha havido discussão política voltada às formas de produção e comercialização, o CFES nacional não avançou, ou politicamente não tinha interesse em avançar nessa discussão, no sentido de compreensão do movimento de Economia Solidária na perspectiva do trabalho associado, do seu potencial de ação diante dos mecanismos do capital, nas suas estratégias de luta e discussão do desenvolvimento de tecnologias apropriadas à forma cooperada de organizar o trabalho, mesmo considerando o estágio incipiente dessas discussões. O relato abaixo do participante do CFES nacional expressa essa dimensão:

[...] [faltam] ferramentas que a gente possa desenvolver com a comunidade [...] mas a gente entende que vem de acúmulo, a gente já teve uma referência a partir das discussões com os fóruns de Economia Solidária e até o ano passado a gente não tinha essa perspectiva de como desenvolver processos metodológicos de uma questão mais ampla. [...] Eu acredito que a gente precise ter um entendimento sobre o que é o sistema capitalista e nem todos dominam esse histórico, essa construção, especialmente os empreendimentos. Até mesmo para que eles possam se compreender como verdadeiros agentes de formação de uma sociedade de outro processo de sistema econômico. É claro que no dia a dia isso não interfere muito na produção, mas na construção de uma

percepção política, enquanto agente social isso é importante pra se perceber no processo como transformador do ponto de vista econômico, do ponto de vista social [...] (ALANIZ, 2012, p. 228)

Podemos notar que a necessidade de formação política, voltada para a compreensão de suas práticas de luta e do sistema do capital, é percebida por alguns dos trabalhadores associados que participam das atividades no CFES nacional. Além disso, os associados falam da necessidade de oferecer subsídios teórico-metodológicos para a base do movimento como condição para estabelecer suas estratégias de luta.

O fato do processo formativo estar organizado em cursos e oficinas e não ser um processo permanente, no qual recorrem continuamente às organizações e aos formadores de formadores do movimento de Economia Solidária, também é um dos fatores que dificultam o aprofundamento teórico. Nesse caso, a formação permanente (MÉSZÁROS, 2005), necessária aos processos de enfrentamento da ordem social e à construção das práticas autogestionárias, ainda não é uma realidade e nem se vislumbra possibilidade futura para se efetivar, principalmente, em decorrência da indefinição acerca da continuidade da existência dos CFEs e da dificuldade de promover, no processo formativo, a imbricação orgânica entre a forma de organização do trabalho das organizações produtivas e o processo formativo.

A organização dos CFES decorre do fato do programa de formação estar condicionado à política pública da SENAES no contexto da política vigente no governo Lula-Dilma. Esse governo, embora contemple a Economia Solidária como alvo de políticas públicas em diferentes programas, tem um projeto político que pode ser caracterizado como um projeto de concessão política, já que tem como eixo central a reprodução do capital financeiro. Desse modo, a política pública de formação apresenta-se por meio de ações pulverizadas, pontuais e não permanentes, em conformidade com a lógica de edital organizado em períodos pré-determinados.

A impossibilidade de expandir significativamente as ações de formação para Economia Solidária é evidenciada quando consideramos o descompasso entre o orçamento da SENAES e a significativa demanda por ações formativas. Também no âmbito de outros programas, como o Plano

Nacional de Qualificação (PNQ), o recurso é bastante reduzido se comparado com as instituições privadas que oferecem formação profissional, como o Sistema S, por exemplo. (ALANIZ, 2012).

O acesso ao conhecimento das estruturas de funcionamento do capital e das lutas travadas pelo movimento operário no decorrer da história, concomitante ao processo de organização do trabalho fundamentado no poder dos trabalhadores, são condições fundamentais para se avançar nas estratégias de enfrentamento das relações sociais capitalistas, na condução da organização do trabalho associado e para se colocar a tarefa de integração das lutas valendo-se de uma concepção ampla da vida social. Bernardo (2009) observa que esse saber é caro aos capitalistas, pois sua aquisição depende do lugar que ocupa na hierarquia social e é com base nesses saberes que essa classe se reproduz.

O CFES nacional contemplou a discussão política prevista no projeto político pedagógico que concorreu ao edital, no Termo de referência de implantação dos CFES (BRASIL, 2007, p. 5-6) e no eixo três da I Conferência Temática (2010, p. 6 apud ALANIZ, 2012). Apesar disso, a formação política é uma das principais carências destacada nos relatos anteriores.

Há alguns indícios que demonstram incipiente ligação entre o movimento de Economia Solidária a outros movimentos de lutas dos trabalhadores, aspecto que nos remete a questionarmos acerca do quanto se tem avançado na construção de mecanismos voltados à integração das lutas dos trabalhadores. Observamos, em Alaniz (2012), que um momento importante da formação política foi a vivência na Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (ENFF/MST). Contudo, tratou-se de uma única experiência de vivência na ENFF no decorrer do processo formativo, bem como evidenciou-se o desconhecimento de alguns integrantes dos CFES Nacional da organização do MST e certo estranhamento quanto aos seus instrumentos de luta. Embora esses dados por si só não sejam conclusivos, eles indicam que a integração entre os movimentos sociais é ainda embrionária e que essa dimensão não foi explorada no processo formativo do CFES Nacional.

É notório que ao mesmo tempo em que existe o afastamento em relação a esse movimento dos trabalhadores, ele é citado como parte do movimento da Economia Solidária, conforme os membros da SENAES, do FBES e nas atividades do CFES.

Notamos que o processo formativo no CFES nacional desconsiderou as estratégias voltadas para a unificação das lutas dos trabalhadores entre os objetivos e metas nos principais documentos oficiais de referência para a Economia Solidária. No 2º módulo do seminário de sistematização do CFES nacional (CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011), dos quatro centros de formação, dois deles, o CFES Centroeste e o CFES Sul, indicaram que não há uma relação estreita entre os movimentos, embora façam parte das atividades de formação do CFES. No entanto, em alguns momentos, essa questão aparece no seminário do CFES nacional e é percebida como uma dificuldade que restringe a atuação do movimento em direção a uma postura mais combativa. (ALANIZ, 2012).

A importância da unificação das lutas remete ao próprio poder combativo e de proliferação das organizações dos trabalhadores em escala ampliada, uma vez que o combate ao sistema orgânico e expansionista do capital não pode ser feito sem a correspondente expansão dos movimentos dos trabalhadores estruturados em práticas sociais abrangentes, autônomas e horizontalizadas. Bernardo (2009) menciona que a auto-organização da luta, atrelada a auto-organização da produção, permite aos trabalhadores entrar em contato com o fundamento do capitalismo, pois circunscritos na disciplina fabril num processo que subtrai seu tempo de trabalho, os trabalhadores não podem contestar globalmente o capital e não possuem compreensão genérica dos mecanismos econômicos. Só assim eles podem construir novas relações sociais.

O tema da integração das lutas aparece em alguns momentos do processo formativo de forma assistemática, o que indica pouco potencial para avançar na compreensão dos processos de resistência e unificação das lutas com base nas experiências históricas de auto-organização dos trabalhadores. Essa dimensão é condição fulcral na proposição de uma educação para além do capital.

Entretanto, as discussões relacionadas ao fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária não têm seguido a direção da problematização e aprofundamento das ações do próprio movimento na sociedade capitalista. Nos documentos de referência da SENAES e CFES Nacional (I CONAES, 2006; II CONAES 2010; I Oficina 2006; II Oficina 2007; IV Plenária do FBES, 2008) identificamos que as temáticas mais recorrentes referem-se ao desenvolvimento sustentado como uma prática a ser implantada e ou aprimorada por esse movimento social.

Desse modo, ao se definir como horizonte da ação formativa o discurso reformador de um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade ecológica, não se problematiza a questão da produção destrutiva e do trabalho alienado, bem como a proposta política de desenvolvimento, tipicamente criada pelo capital para despistar e amenizar a luta de classes, sem questionar os fundamentos da exploração-alienação do trabalho.

Ao converter o desenvolvimento sustentado em meta e excluir o confronto com a lógica internacional do capital do horizonte do movimento dos trabalhadores em processo de formação, contribui-se para a difusão do discurso de aprimoramento das condições de vida no sistema e retira-se a radicalidade da luta e das organizações criadas e alimentadas a partir dela. Nessa direção, a perspectiva de formação para Economia Solidária, embora utilize de termos como transformação social, autonomia e autogestão, tem em vista a inserção no capitalismo com algumas adaptações para torná-lo menos excludente, ou ainda, atrelar o discurso da sociedade sustentável aos mecanismos de exploração do capital, tais como: a preservação da concorrência e a permanência da tecnologia construída para atender o aumento da produtividade capitalista.

Outro aspecto complementar à ideia de desenvolvimento sustentado está contido no conceito de empoderamento, terminologia amplamente utilizada nos documentos de formação da SENAES e do FBES. O termo vincula-se à capacidade dos trabalhadores incidirem na política pública em prol das ações de formação e fomento para os empreendimentos de Economia Solidária. O emprego desse termo nos documentos da SENAES retrata que a formação no CFES está perpassada pela tarefa de lutar por políticas públicas.

Podemos dizer que se a luta dos trabalhadores remeter à auto-gestão das propriedades coletivas isoladas e vislumbrar a participação na elaboração de políticas públicas no âmbito do Estado há forte propensão em arrefecer seu potencial combativo e reproduzir as relações sociais capitalistas. Não negamos a necessidade de acesso aos fundos públicos, mas é preciso sublinhar que a tendência histórica do século XX nos mostrou que os movimentos sociais tendem a degenerar ou serem cooptados na medida em que entram na estrutura estatal. Trata-se de um dos maiores desafios do século XXI, ter acesso e controle dos fundos públicos com a devida autonomia do movimento social.

Sobre este tema, Pinassi (2011) destacou duas tendências nos movimentos sociais contemporâneos. A primeira tendência, geralmente assimilada pelo Estado ou pelas corporações capitalistas, tende a restringir sua luta a questões específicas/corporativas, gerando acomodação/integração do movimento social à ordem do capital. Se isso acontecer, é bem provável que teremos um movimento social reformista e estamos no campo da consciência de classe contingente. Ao mesmo tempo, pode significar a força da classe dominante e sua capacidade de absorção e incorporação dos conflitos sociais tendo em vista a manutenção da sua hegemonia. O segundo grupo, constituído por movimentos sociais classistas, tenta dar continuidade às lutas anticapital e ver a realidade a partir da consciência de classe necessária. Neles, a criatividade não morre, os pilares das lutas anticapital – quebra da hierarquia estrutural do capital, igualdade substantiva, expansão e internacionalização da luta, superação do Estado capitalista, junção das lutas específicas com as questões baseadas no trabalho – são exercitados e dificilmente o movimento social é cooptado pelo Estado, ainda que o movimento social tenha por objetivo o acesso aos fundos públicos.

Diante das questões apontadas, torna-se bastante contraditório o objetivo perseguido pelas reivindicações da Economia Solidária que perpassam as discussões no processo de formação no CFES Nacional. Na ausência de mudanças significativas, é provável que o projeto político pedagógico do CFES Nacional tenha efeito corrosivo capaz de minar o potencial do movimento na proposição de uma educação e atuação emancipatória.

No que diz respeito à relação entre educação e trabalho, em geral, o atrelamento entre educação e produção é uma característica peculiar da

formação no âmbito do movimento social que organiza coletivamente a atividade produtiva, já que a sobrevivência material dos trabalhadores e a própria sobrevivência dos empreendimentos impulsionam a busca pelo aperfeiçoamento técnico-político tendo em vista a construção de relações de produção democráticas. Desse modo, o movimento dos trabalhadores precisa do processo educativo afinado a objetivos emancipadores como mecanismo de sobrevivência enquanto organização produtiva, revigoração do movimento e radicalização da luta.

Embora o atrelamento educação e produção seja uma condição fundamental no processo educativo, contraditoriamente, a análise da experiência de formação de formadores do CFES Nacional demonstrou que uma das dificuldades centrais do processo formativo é aprofundar o vínculo produção e formação nos cursos. Isso é evidenciado pelo fato de alguns membros e participantes do curso indicarem que uma das dificuldades é assimilar as demandas dos empreendimentos e que, na maior parte das vezes, a formação não tem chegado à base. Isso faz com que a gestão participativa, afirmada nos documentos, é vivenciada no processo pedagógico por meio da metodologia denominada Autogestão da Pedagogia, porém vivenciada sem um vínculo profundo com as experiências associativas. (ALANIZ, 2012)

Entretanto, a Autogestão da Pedagogia não pode limitar-se à atividade pedagógica, tal como apontou Nascimento (2011) ao introduzir o termo, mas tem que pressupor o atrelamento a todos os processos sociais de decisão envolvidos na atividade de formação, de modo que o conteúdo da formação expresse as demandas das organizações produtivas no aprofundamento da prática democrática e das demais questões tecnológicas do trabalho associado e a participação na definição da política pública. Nesse caso, os conteúdos sugeridos no Termo de Implantação dos CFES, embora pertinentes, são definidos sem partir das demandas do movimento social.

Com esses apontamentos, não queremos desconsiderar o caráter inovador dessa Pedagogia. A raiz do problema parece estar na falta de atrelamento dos empreendimentos produtivos com os processos de formação no CFES Nacional que, além de dificultar a captação da demanda por ações de formação vindas do movimento social, confere ao processo pedagógico uma tarefa a qual ele não pode cumprir. A II Conferência Temática de Educação anuncia que o papel da metodologia na formação é unir te-

oria e prática, o que nos parece bastante contraditório se considerarmos que o objeto, que deve orientar a formação em Economia Solidária, é o próprio local de trabalho dos que estão em formação. Essa discussão em torno da metodologia é bastante presente nas instituições escolares, o que é compreensível porque se encontram apartadas do *locus* de produção na sociedade capitalista. Mas não deveria ser um problema para as organizações de trabalho associado. Nesse caso, há discussão e prática pedagógicas a serem superadas na proposta de formação nos CFES.

O conjunto desses aspectos indica que é prematuro nesse momento declararmos que “[...] os processos educativos inspirados na Economia Solidária anunciam uma nova sociabilidade, uma nova sociedade, uma nova forma de produção da vida”, como defende a I Oficina Nacional de Formação – Educação em Economia Solidária (2006, p. 15). Ou ainda, enveredar pelo discurso predominante no campo da Economia Solidária, o qual inclui o secretário da SENAES Paul Singer, ao considerar que essas experiências concretas indicam uma alternativa já em curso na constituição de um novo modelo de sociedade, em oposição à lógica hierárquica e de exploração do trabalho, ao defender que “[...] nós estamos de alguma maneira, fazendo a revolução social no país [...]”. (ALANIZ, 2012).

Entendemos que é mais profícuo, nesse momento histórico de ofensiva do capital, explicitar as contradições dos processos de formação vivenciadas no âmbito do CFES Nacional, com o intuito de que possamos contribuir para a compreensão do alcance dessa experiência e submetê-la à crítica radical de modo a avançar na discussão de uma educação que se proponha ir além do capital.

O TRABALHO ASSOCIADO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A NECESSIDADE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

Depois da análise das contradições do CFES Nacional, tentaremos agora recuperar nossas pesquisas no mundo do trabalho associado, pois estas têm evidenciado que nessas experiências há embriões de um trabalho desalienante. Poderíamos citar o caso das Fábricas Recuperadas (FRs), onde há princípios de superação da divisão de trabalho capitalista entre os que pensam e os que executam, entre os que trabalham e os

que controlam os meios de produção. Mesmo dentro dos limites de um processo de trabalho que envolve inúmeras cadeias produtivas e inúmeras fábricas, elas tentam superar dentro do seu microcosmo a “hierarquia estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2002), tentam reunificar o *homo faber* e o *homo sapiens*. As decisões são tomadas em assembleias democráticas, os trabalhadores fazem rodízio nos postos estratégicos e há revogabilidade dos cargos. Em decorrência do caráter cooperativo da organização do local de trabalho, são realizadas ações que permitem o aumento do conhecimento do processo da organização do trabalho na fábrica numa perspectiva de totalidade, o que nos levaram a afirmar que temos uma superação parcial da alienação do trabalho.

Cabe lembrar que, no final dos anos 1920, Gramsci presenciou em Turim as lutas pela formação dos conselhos operários, o que lhe levou a teorizar sobre o papel pedagógico dos conselhos operários para as lutas anticapital. Para ele, os conselhos de fábrica eram uma *escola maravilhosa*. Justamente disso decorre o título desta seção: acreditamos que o trabalho associado é extremamente pedagógico, mas obviamente ele não esgota em si mesmo o papel da educação numa possível e necessária transição para além do capital.

Em algumas FRs houve uma superação da divisão do trabalho capitalista na medida em que o conhecimento, que ficava retido nas mãos de alguns, passou a ser socializado. A dependência em relação aos engenheiros-capatazes e ao trabalho complexo realizado por eles foi modificada em alguma medida.

Nos casos mais avançados, se esboça a superação do sistema salarial, através do princípio a cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades. Em outros casos, há uma maior aproximação das retiradas financeiras e a criação de fundos para apoiar as lutas de outros trabalhadores, para permitir a alguns trabalhadores o acesso à Universidade e para melhorar os rendimentos de fim de ano, entre outros.

Não deixa de ser importante destacar o caso da Cooperativa *Los Constituyentes* onde os trabalhadores criaram um fundo para melhorar a retirada daqueles que tinham maiores gastos com filhos. Isso nos lembra o princípio da igualdade substantiva desenvolvido por Mézáros, com base

nos escritos de Babeuf e Marx, ao dizer que “Um homem dotado de certo grau de força, quando levanta um peso de dez libras, trabalha tanto quanto outro homem com cinco vezes a sua força que levanta cinquenta libras” (BABEUF apud MÉSZÁROS, 2008, p.42).

Certamente este princípio não esgota os desafios colocados, mas acreditamos que ele também ajuda a orientar as lutas dos movimentos feministas mais avançados e de outros movimentos sociais que tentam implementar o princípio da igualdade substantiva. Sobre isso, destacamos um caso relatado pelos amigos do Coletivo Usina, um grupo de arquitetos e cientistas sociais que prestam assessoria aos movimentos sociais. Eles disseram que num mutirão chegou-se a pensar em dividir o trabalho *igualmente* entre todos os membros. Logo perceberam que tinham pessoas idosas, infartados e trabalhadores/as com outros problemas que não poderiam exercer igualmente o trabalho pesado.

Ainda, nos casos mais avançados, os trabalhadores cooperados das FRs fazem de tudo para não terem um estatuto diferenciado em relação aos terceirizados, ou seja, lutam para que todos sejam cooperados. É importante destacar este fato porque veremos nas páginas adiante que uma parcela razoável das FRs está contratando terceirizados, para nós um sintoma da degeneração das mesmas.

Mesmo estando inseridas no sistema produtor de mercadorias, muitas experiências de trabalho associado dos movimentos sociais têm como projeto a desmercantilização da sociedade, isto é, uma sociedade sem lucros, sem acumulação de capital, onde os bens produzidos satisfaçam as necessidades humanas.

Por último, cabe lembrar que a fábrica recuperada argentina denominada FaSinPat (Fábrica Sem Patrão) Zanón e, em alguma medida, a Flaskô estão juntando os trabalhadores classistas, o que pode ser interpretado como uma tentativa de unificação de parcelas da classe trabalhadora Argentina que tem um propósito para além do capital. Já podemos adiantar que a FaSinPat Zanón é uma das poucas FRs que não sucumbiu à acomodação e degeneração, ela permanece viva e sua luta renovada a cada dia.

Todos estes princípios exercitados diariamente nas FRs são pedagógicos e serão fundamentais na luta para a desalienação do trabalho².

O trabalho associado para se tornar um princípio educativo e evoluir em direção ao fortalecimento da luta anticapital e ao exercício da autogestão, necessariamente questionaria os pilares do modelo educacional vigente, que tem como fundamento a pedagogia das competências e do lema *aprender a aprender*. Ao pensar nos desafios a serem enfrentados na constituição de uma educação emancipatória, Mészáros (2005) diz ser necessária a criação de organizações horizontais dos trabalhadores – com vistas a desalienar o trabalho – atreladas a um processo educativo que se oponha às formas de internalização do capital. Somente com outro processo de internalização pode-se contribuir para a transcendência do que Mészáros (2002) denomina sociometabolismo do capital, o qual se reproduz em todos os planos da vida. Desse modo, não é suficiente a existência da propriedade coletiva dos meios de produção, até porque como discutia Marx (2009) com Proudhon, sua natureza privada enquanto sociedade produtora de mercadorias permanece. A coletivização dos meios de produção, com base na auto-organização do trabalho, pressupõe constituir novos processos sociais atrelados às lutas mais abrangentes dos trabalhadores. Entretanto, a criação desses processos alternativos não se faz sem um processo contínuo de formação dos trabalhadores nos pressupostos da autogestão.

Apenas uma educação que se norteie pelo princípio da autonomia dos trabalhadores, na produção e na vida social como um todo, e se coloque a tarefa revolucionária de emancipação humana por meio da reorganização da vida material e cultural pode contribuir para minar o sistema do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que em oposição à ordem expansionista do capital, há a emergência de novas formas democráticas de organizar a produção pelos trabalhadores, que tem o trabalho associado como princípio educativo. Entretanto, como procuramos mostrar, as organizações que trazem experiências de auto-organização têm intencionalidade, propósitos e potencial

² Para saber mais sobre a Zanón e a Flaskó, ver Henriques et al. (2013) e Novaes (2010).

de subversão bastante distintos. Para nós, ser de propriedade coletiva não significa necessariamente que existam alterações qualitativas nas relações sociais estabelecidas na produção, bem como nos processos educativos em direção aos objetivos socialistas.

Acreditamos que os centros educacionais do Mundo do Trabalho Associado deverão resgatar alguns pilares da escola soviética pré-Stalin, adaptando e enriquecendo-os com base nas contribuições do materialismo histórico nos últimos 80 anos. Deverão resgatar o acúmulo teórico do marxismo latino-americano, seja no campo educacional ou no campo do pensamento social crítico, além do marxismo internacional herdeiro do pensamento de Marx, bem como negar o ecletismo das teorias pedagógicas hegemônicas pautadas na concepção de competência e no lema aprender a aprender, tal como demonstrou Duarte (2004). Só assim conseguiremos desenvolver uma teoria e prática educacional para além do capital.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, E. P. *A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e do CFES nacional*. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARANTES, P. F. *De artigos aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Termo de Referência para implantação dos Centros de formação em Economia Solidária - CFES*. Brasília: MTE/ SENAES, 2007

BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Relatório. Síntese*. 2.º Módulo do Seminário Nacional sobre Sistematização. Brasília, 2011. Disponível em: <http://caritas.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/04/sem_nac_sistematizacao.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2011.

CHRISTOFFOLI, P. I. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. 2000. 195 fls. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (Org.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CONAES), 1., 2006. Brasília. *Anais...* Brasília: SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CONAES), 2., 2010. Brasília. *Documento final*. Brasília: MTE/SENAES, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/conaes/documento_final.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2012.

CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA. 2010. Brasília. *Caderno Temático da II Conferência Nacional de Economia solidária*. Brasília, DF: MTE/SENAES, 2010. p. 11-19.

CRUZ, A. C. M. *A diferença da igualdade: a dinâmica da Economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL*. 2006. 352 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.

DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

EWBANK, E. G. *Autogestão: possibilidade de organização da força de trabalho na construção civil e suas implicações*. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FRAGA, L. *Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares*. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. IV Plenária Nacional de Economia Solidária. *Relatório final*. 2008. Disponível em: <www.fbcs.org.br/?option=com_docman&task=doc...gid=746>. Acesso em: 02 mar. 2012.

- HENRIQUES, F. C. et al. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- MANDEL, E. *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. Madri: Era, 1974.
- MARX, K. *Miséria da filosofia*: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NASCIMENTO, C. Pedagogia da autogestão e autogestão da pedagogia. In: BATISTA, E.; NOVAES, H. T. (Org.) *Trabalho, educação e reprodução social*. Bauru: Canal 6: Práxis, 2011.
- NOVAES, H. T. *O fetiche da tecnologia*: a experiência das fábricas recuperadas. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO: Educação em economia solidária. Educação em Economia Solidária. *Documento final*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, DEQ, 2006.
- OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007, Brasília. Uma outra prática educativa acontece. *Documento final*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, DEQ, 2007
- PINASSI, M. O. *Palestra na disciplina Pedagogia Histórico-crítica e os movimentos sociais*. Campinas: Unicamp, 2011.
- SILVER, B. J. *Forças do trabalho*: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária. In: SANTOS, B.S. (Org.) *Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81–129.
- USINA. Luta por moradia e autogestão na América Latina. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (Org.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 331-372.
- WIRTH, I. G. *As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem*: um caminho para a construção da autogestão? 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

